



Prova Resolvida FCC

Técnico (TJAA) do TRF₄ – 2019

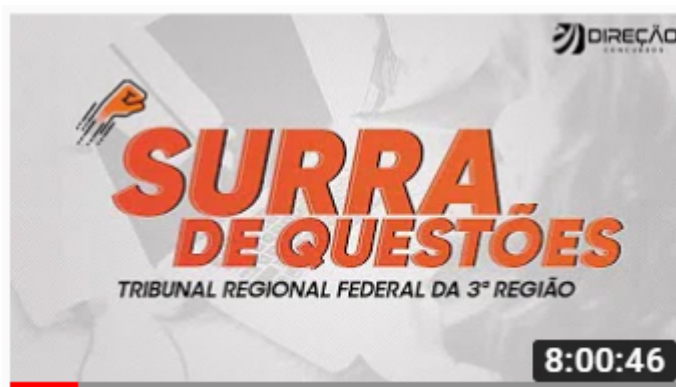
Agosto/2019

Apresentação



Olá, tudo bem? Em nome dos professores do **Direção Concursos**, apresentamos aqui a prova resolvida de **Técnico Judiciário da Área Administrativa do TRF4**. A prova ocorreu no dia 4 de agosto de 2019, e é um excelente treino para quem pretende realizar o concurso do TRF da 3ª região.

Aproveitem para assistir também esse **aulão gratuito** de questões FCC para o TRF3. Basta clicar na imagem abaixo e assistir gratuitamente.



CURSOS COMPLETOS DO DIREÇÃO CONCURSOS PARA O TRF3:

ACESSE AQUI E BAIXE AULAS DEMONSTRATIVAS GRATUITAMENTE!

Prova resolvida – TJAA do TRF4 2019

Português – Professor José Maria

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 5.

Tendo em vista a textura volitiva da mente individual, a perene tensão entre o presente e o futuro nas nossas deliberações, entre o que seria melhor do ponto de vista tático ou local, de um lado, e o melhor do ponto de vista estratégico, mais abrangente, de outro, resulta em conflito.

Comer um doce é decisão tática; controlar a dieta, estratégica. Estudar (ou não) para a prova de amanhã é uma escolha tática; fazer um curso de longa duração faz parte de um plano de vida. As decisões estratégicas, assim como as táticas, são tomadas no presente. A diferença é que aquelas têm o longo prazo como horizonte e visam à realização de objetivos mais remotos e permanentes.

O homem, observou o poeta Paul Valéry, "é herdeiro e refém do tempo". A principal morada do homem está no passado ou no futuro. Foi a capacidade de reter o passado e agir no presente tendo em vista o futuro que nos tirou da condição de animais errantes. Contudo, a faculdade de arbitrar entre as premências do presente e os objetivos do futuro imaginado é muitas vezes prejudicada pela propensão espontânea a atribuir um valor desproporcional àquilo que está mais próximo no tempo.

Como observa David Hume, "não existe atributo da natureza humana que provoque mais erros em nossa conduta do que aquele que nos leva a preferir o que quer que esteja presente em relação ao que está distante e remoto, e que nos faz desejar os objetos mais de acordo com a sua situação do que com o seu valor intrínseco".

(Adaptado de: GIANNETTI, Eduardo. Auto-engano. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, edição digital)

1. Considere as afirmações abaixo.

I. Escolhas táticas sabiamente visam à realização de objetivos de longo prazo, cujas consequências positivas podem ser sentidas já no momento presente.

II. Por meio de decisões estratégicas, perseguem-se resultados mais duradouros, embora distantes.

III. Segundo a reflexão de David Hume, seria prudente fazer escolhas no presente considerando suas consequências para o futuro.

Está correto o que consta de

(A) I e III.

(B) I e II.

(C) II e III.

(D) II.

(E) III.

RESOLUÇÃO:

I – Falsa – Segundo o texto, as escolhas que visam à realização de longo prazo são as estratégicas.

II – Verdadeira – De fato! As decisões estratégicas, como mencionado no texto, fazem parte de planos de vida.

III – Verdadeira – Segundo o pensamento de Hume, a maior fonte de erros na vida está em preferir o presente ao futuro, pois isso leva a uma escolha baseada mais na situação do que no valor intrínseco. Dessa forma, as escolhas do presente devem levar em consideração o impacto no futuro.

Resposta: C

2. De acordo com o texto, o homem comete enganos porque

- (A) imagina que renúncias feitas no presente levem a um futuro melhor.
- (B) desconsidera os acertos do passado ao planejar o futuro.
- (C) tem a propensão de repetir, no presente, os mesmos erros do passado.
- (D) tende a dar importância desmedida ao que está mais próximo no tempo.
- (E) atribui valor exagerado a objetivos situados em um futuro imaginado.

RESOLUÇÃO:

Conforme o pensamento de Hume citado no último parágrafo, a preferência pela escolha no presente em detrimento do que está distante ou remoto configura a maior fonte de erros na vida. Dessa forma, o erro apontado reside em se dar uma importância exagerada (desmedida) à situação presente.

Resposta: D

3. Contudo, a faculdade de arbitrar entre as premências do presente e os objetivos do futuro imaginado... (3º parágrafo)

O elemento sublinhado acima introduz, em relação ao que se afirmou antes, uma

- (A) oposição.
- (B) causa.
- (C) consequência.
- (D) finalidade.
- (E) conclusão.

RESOLUÇÃO:

A conjunção “Contudo” é adversativa. Carrega, portanto, uma ideia de uma oposição.

Resposta: A

4. Foi a capacidade de [...] agir no presente tendo em vista o futuro que nos tirou da condição de animais errantes. (3º parágrafo)

Uma redação alternativa para o trecho acima, escrita com correção e lógica, está em:

(A) Uma vez que tivéssemos tido a capacidade de vislumbrar o futuro, ao tomarmos uma decisão no presente, deixemos a condição de animais errantes.

(B) Por termos tido a capacidade de agir no presente visando o futuro, viemos a sermos tirados da condição de animais errantes.

(C) Em razão da capacidade de considerar o futuro ao agir no presente, deixamos a condição de animais errantes.

(D) Conforme a capacidade de agir, no presente com olhos postos no futuro, teremos sido tirados da condição de animais errantes.

(E) À medida que tivermos a capacidade de agir no presente considerando o futuro, sairíamos da condição de animais errantes.

RESOLUÇÃO:

Note que a capacidade de agir no presente visando ao futuro foi a causa que nos fez deixar de ser animais errantes.

A letra C, no trecho “Em razão da capacidade de considerar o futuro ao agir no presente”, reproduz plenamente essa ideia de causa, explicitada com a expressão “Em razão de”.

Resposta: C

5. O homem [...] “é herdeiro e refém do tempo”. A principal morada do homem está no passado ou no futuro. (3º parágrafo)

Considerado o contexto, o sentido do que se diz acima está corretamente reproduzido em um único período em:

(A) A principal morada do homem está no passado ou no futuro, mas este é herdeiro e refém do tempo.

(B) A principal morada do homem, na qual é herdeiro e refém do tempo, está no passado ou no futuro.

(C) O homem é herdeiro e refém do tempo, conquanto sua principal morada esteja no passado ou no futuro.

(D) Embora o homem seja herdeiro e refém do tempo, sua principal morada está no passado ou no futuro.

(E) O homem, cuja principal morada está no passado ou no futuro, é herdeiro e refém do tempo.

RESOLUÇÃO:

A ideia de posse de “principal morada do homem” se traduz plenamente com a construção “homem cuja principal morada”.

Como essa principal morada está no passado ou no futuro, constrói-se a oração adjetiva explicativa “cuja principal morada está no passado ou no futuro”.

Subordinando-a à oração principal “O homem é herdeiro e refém do tempo”, tem-se o período: “O homem, cuja principal morada está no passado ou no futuro, é herdeiro e refém do tempo.”

Resposta: E

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 6 a 11.

Seis de janeiro, Epifania ou Dia de Reis (em referência aos reis magos), fecha o ciclo natalino que, entre os romanos, festejava o renascimento do sol depois do solstício de inverno (o dia mais curto do ano).

Era uma festa de invocação do sol, pelo fim das noites inverniais. Durante esses festejos pagãos, os papéis sociais se confundiam. Havia troca de presentes e de identidades. O escravo assumia o lugar de senhor, o homem se vestia de mulher – como se, para agradar à natureza, tivéssemos de reconhecer a arbitrariedade das convenções culturais.

Nesse intervalo de poucos dias, o homem aceitava como natural o que por convenção as relações sociais e de poder não permitiam. Ameaçado pelos caprichos da natureza, reconhecia que as coisas são mais complexas do que estamos dispostos a ver.

É plausível que Shakespeare tenha escrito “Noite de Reis”, segundo Harold Bloom sua comédia mais bem-sucedida, pensando nessa carnavalização solar, para comemorar a Epifania. A peça conta a história de Viola e Sebastian, gêmeos que naufragam ao largo do que hoje seria Croácia, Montenegro ou Albânia, e que no texto se chama Ilíria. Viola acredita que o irmão se afogou. Ao oferecer seus serviços ao duque de Ilíria, ela se disfarça de homem, assumindo o nome de Cesário. É o suficiente para pôr em andamento uma comédia de erros na qual as identidades serão confrontadas com a relatividade das nossas convicções.

O sentido irônico do subtítulo da peça – “o que bem quiserem ou desejarem” – dá a entender que os desejos desafiam as convenções que os encobrem. As convenções se modificam conforme a necessidade. Os desejos as contradizem. Identidade e desejo são muitas vezes incompatíveis.

É o que reivindica a filósofa Rosi Braidotti. Braidotti critica a banalização dos discursos identitários, uma incapacidade de lidar com a complexidade, análoga às soluções simplistas que certos discursos contrapõem às contradições. Diante da complexidade, é natural seguir a ilusão das respostas mais simples.

Sob a graça da comédia, Shakespeare trata da fluidez das identidades. Epifania tem a ver com a luz, com o entendimento e a compreensão. Mas para voltar a ver e compreender é preciso admitir que as contradições são parte constitutiva do mundo. A democracia, em sua imperfeição e irrealização permanentes, depende disso.

(Adaptado de: CARVALHO, Bernardo. Disponível em: www1.folha.uol.com.br)

6. Depreende-se do texto que, durante os festejos romanos mencionados,

- (A) havia troca de presentes entre senhores e escravos, cujos papéis sociais, entretanto, não se confundiam.
- (B) eram aceitas com naturalidade certas trocas de identidade habitualmente proibidas pela organização social.
- (C) pessoas do povo recuperavam tradições culturais que haviam sido abolidas pelas classes dominantes.
- (D) tradições religiosas eram temporariamente suspensas e retomadas após o solstício.

(E) ritos pagãos de veneração à natureza mesclavam-se a manifestações religiosas para homenagear os reis magos.

RESOLUÇÃO:

O trecho "*Nesse intervalo de poucos dias, o homem aceitava como natural o que por convenção as relações sociais e de poder não permitiam.*" deixa bem claro que certas proibições impostas pelas convenções sociais eram relativizadas no período de festejos romanos.

Isso valida a redação da letra B.

Resposta: B

7. A referência à comédia de Shakespeare acentua a seguinte ideia:

(A) O aspecto lúdico dos rituais de celebração da natureza visa à aceitação dos limites impostos pelas normas sociais.

(B) Normas sociais, ainda que arbitrárias, devem ser impostas no intuito de se dominar a natureza humana.

(C) As convenções sociais lembram ao homem que a soberania da natureza deve ser reconhecida.

(D) O impulso de transpor limites convencionais gera consequências indesejáveis e deve ser evitado.

(E) As convenções sociais são arbitrárias e costumam ir de encontro a desejos humanos.

RESOLUÇÃO:

Segundo o texto, "As convenções se modificam conforme a necessidade.", destacando o seu caráter mutante e aleatório. Na sequência, é dito que "Os desejos as [=convenções] contradizem.", evidenciando que os desejos se posicionam contrariamente (vão de encontro a) às convenções estabelecidas.

Essas ideias são corretamente apresentadas na redação da letra E.

Resposta: E

8. Leia as afirmações abaixo a respeito da pontuação do texto.

I. As vírgulas que isolam o segmento segundo Harold Bloom sua comédia mais bem-sucedida (4º parágrafo) podem ser substituídas por parênteses sem prejuízo das relações de sentido estabelecidas no contexto.

II. Sem prejuízo do sentido original, uma pontuação alternativa para o segmento O sentido irônico do subtítulo da peça – "o que bem quiserem ou desejarem" – dá a entender que... (5º parágrafo) é: O sentido irônico do subtítulo da peça: "o que bem quiserem ou desejarem", dá a entender que...

III. No segmento ...como se, para agradar à natureza, tivéssemos de reconhecer a arbitrariedade das convenções culturais (2º parágrafo), o segmento isolado por vírgulas assinala noção de finalidade.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e III.

- (B) I.
- (C) II e III.
- (D) I e II.
- (E) III.

RESOLUÇÃO:

I – Verdadeira – O segmento destacado é um adjunto adverbial de conformidade. Trata-se de um elemento acessório da oração. Seu isolamento por parênteses não altera as relações de sentido no texto.

II – Falsa – A vírgula após “desejarem” não deixa claro que o segmento seguinte não compõe o subtítulo da peça. Dessa forma, ocorre a necessidade emprego dos travessões ou dos parênteses para dar clareza à informação.

III – Verdadeira – De fato! O segmento isolado por vírgulas é uma oração adverbial final (=finalidade) reduzida de infinitivo.

Resposta: A

9. É plausível que Shakespeare tenha escrito “Noite de Reis” [...] para comemorar a Epifania. A peça conta a história de Viola e Sebastian, gêmeos que naufragam ao largo do que hoje seria Croácia, Montenegro ou Albânia... (4º parágrafo)

Está correta a redação da seguinte frase, em que se contemplam as principais ideias do segmento transcrito acima:

(A) Admite-se que “Noite de Reis”, de Shakespeare, em cuja a peça se conta a história dos gêmeos, Viola e Sebastian, que naufragam ao largo do que hoje seria Croácia, Montenegro ou Albânia, fora escrita em comemoração à Epifania.

(B) A peça “Noite de Reis”, em que se conta a história dos gêmeos Viola e Sebastian, naufragados ao largo do que hoje seria Croácia, Montenegro ou Albânia, pode ter sido escrita por Shakespeare em comemoração da Epifania.

(C) A fim de comemorar a Epifania, conforme se atesta, Shakespeare escreveu “Noite de Reis”, peça à qual revela a história dos gêmeos Viola e Sebastian naufragando ao largo do que hoje seria Croácia, Montenegro ou Albânia.

(D) A partir da presunção de que Shakespeare escrevera “Noite de Reis” em comemoração à Epifania, têm-se, na peça, a história dos gêmeos Viola e Sebastian cujo naufrágio se deu ao largo do que hoje seria Croácia, Montenegro ou Albânia.

(E) Conforme se atribui à Shakespeare a comemoração da Epifania por meio da peça “Noite de Reis”, em que conta-se a história dos gêmeos Viola e Sebastian, que naufragam ao largo do que hoje seria Croácia, Montenegro ou Albânia.

RESOLUÇÃO:

Na letra A, vê-se “cuja a”. Sem chance de artigo após o relativo “cuja”.

Na letra C, vê-se “à qual”. No entanto, a forma verbal “revela” é empregada como transitiva direta, não fazendo sentido o emprego da preposição A antes do relativo A QUAL.

Na letra D, vê-se “têm-se”, com acento diferencial evidenciando flexão plural. No entanto, há erro de concordância, haja vista que o sujeito “a história dos gêmeos...” apresenta núcleo singular.

Na letra E, vê-se crase antes de “Shakespeare”, palavra masculina.

Isso posto, a única com redação clara e correta é a letra B.

Resposta: B

10. Depreende-se do contexto que a filósofa Rosi Braidotti, mencionada no 6º parágrafo,

- (A) lança dúvida sobre a noção de que identidade e desejo possam ser conciliados.
- (B) incentiva a busca de respostas simples para problemas intrincados.
- (C) critica a simplificação de questões identitárias complexas.
- (D) considera ilusória a complexidade dos discursos identitários.
- (E) defende a ideia de que ao discurso devem corresponder ações práticas.

RESOLUÇÃO:

A filósofa critica a banalização dos discursos identitários. No entendimento dela, essas questões são simplificadas em demasia, revelando a incapacidade de lidar com as complexidades inerentes. Isso se evidencia por meio das contradições observadas.

Resposta: C

11. Está correta a redação deste livre comentário:

- (A) Na medida em que nossas convicções sociais são relativas, não surpreendem que as noções de identidade sejam confrontadas a elas.
- (B) Deve ser visto como fator inerente à consolidação da democracia as contradições que existem na sociedade.
- (C) As convenções sociais podem ser assimiladas com clareza, mas o desejo que lhes confrontam costumam ser incompreensíveis.
- (D) Demanda a democracia, sistema em permanente construção, o reconhecimento de que contradições são inerentes às sociedades humanas.
- (E) Em nome do temor da instabilidade da natureza, já se criou rituais onde se suspendem critérios de controle de impulsos inconscientes.

RESOLUÇÃO:

Na letra A, vê-se “surpreendem”. Está errada a flexão no plural, haja vista que o sujeito desse verbo é oracional.

Na letra B, vê-se “Deve ser visto”. Está errada a concordância. Deveria ser empregada a forma “Devem ser vistas”, haja vista que o sujeito desse verbo é “as contradições...”.

Na letra C, vê-se “lhes confrontam”. Ocorre que o verbo “confrontar” é transitivo direto, o que exige o emprego do pronome “as”, no lugar de “lhes”.

Na letra E, vê-se “se criou”. Ocorre erro de concordância. Deveria ser empregada a forma plural “se criaram”, para que ocorra concordância com o sujeito plural “rituais”.

Isso posto, a única com redação clara e correta é a letra D.

Resposta: D

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 12 a 14.

Renato Janine Ribeiro: A velocidade ficou maior do que as pessoas conseguem alcançar. Somos bombardeados diariamente sobre novidades na produção do hardware e do software dos computadores. O indivíduo tem um computador e, em pouco tempo, é lançado outro mais potente. Talvez em breve as pessoas se convençam de que não há necessidade de uma renovação tão frequente. A grande maioria das pessoas usam bem pouco dos recursos de seus computadores. Devemos sempre lembrar que as invenções existem para nos servir, e não o contrário. Quer dizer, a demanda é que as pessoas se adaptem às máquinas, e não que as máquinas se adaptem às pessoas.

Flávio Gikovate: Tenho a impressão de que isso não ocorre só com a tecnologia. Tenho a sensação de que sempre chegamos tarde. As pessoas compram muitas coisas desnecessárias. Veja o caso das roupas: só porque a cintura da calça subiu ou desceu ligeiramente, elas trocam todas as que possuíam. Trata-se de um movimento em que as pessoas estão sempre devendo.

(Adaptado de: GIKOVATE, Flávio & RIBEIRO, Renato Janine. Nossa sorte, nosso norte. Campinas: Papirus, 2012)

12. Depreende-se corretamente do texto:

(A) Ao se referir ao caso das roupas (2º parágrafo), o autor assinala que a indústria da moda impõe estilos de beleza com os quais nem todos concordam.

(B) Com a afirmação de que isso não ocorre só com a tecnologia (2º parágrafo), critica-se o uso inadequado dos recursos oferecidos pelos computadores.

(C) No segmento e não o contrário (1º parágrafo), o autor reforça a ideia de que as invenções existem para servir às pessoas.

(D) Com o uso do termo bombardeados (1º parágrafo), o autor conclui que, se fosse possível, as pessoas prefeririam ser menos dependentes da tecnologia.

(E) Ao mencionar a velocidade (1º parágrafo) dos dias de hoje, o autor enaltece a tendência da indústria tecnológica de estar sempre à procura de ultrapassar a si mesma.

RESOLUÇÃO:

Note o seguinte trecho: *Devemos sempre lembrar que as invenções existem para nos servir, e não o contrário.* A expressão “e não o contrário” nega que devamos ser subservientes à tecnologia. Com isso, reforça a ideia de que devemos ser servidos por ela.

Resposta: C

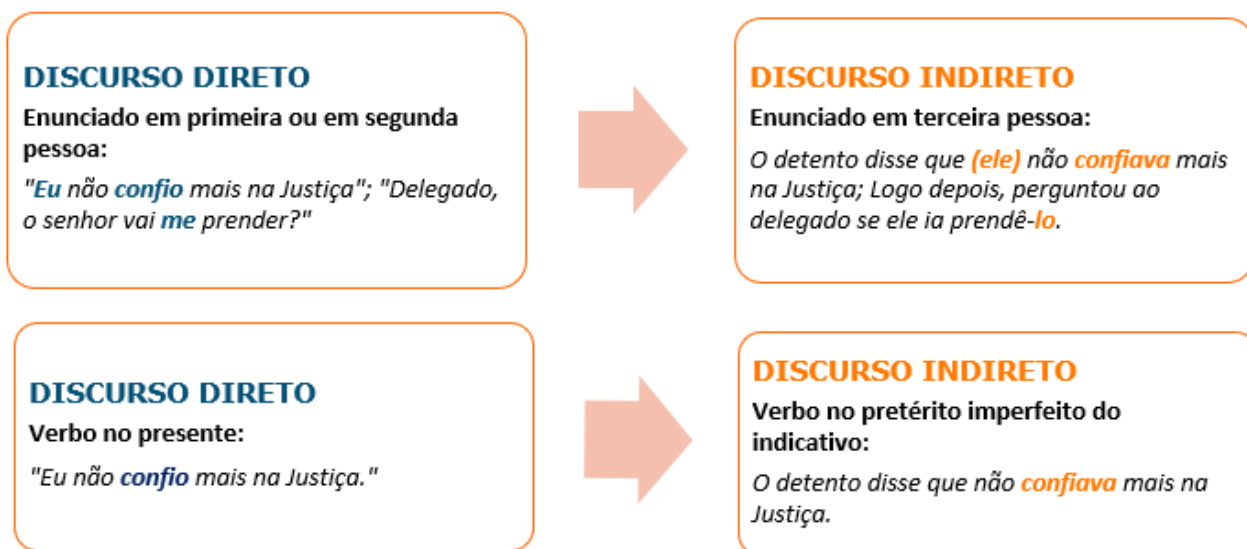
13. Flávio Gikovate: Tenho a impressão de que isso não ocorre só com a tecnologia. (2º parágrafo)

Transposto para o discurso indireto, o trecho acima assume a seguinte redação:

- (A) Flávio disse que teria a impressão de que isso não ocorrerá só com a tecnologia.
- (B) Flávio afirmou que teve a impressão de que isso não ocorreria só com tecnologia.
- (C) Tem-se a impressão, conforme afirma Flávio, de que isso não ocorrerá só com a tecnologia.
- (D) Flávio disse que tinha a impressão de que isso não ocorreu só com a tecnologia.
- (E) Flávio afirmou que tinha a impressão de que isso não ocorria só com a tecnologia.

RESOLUÇÃO:

Nosso material em PDF esquematizou o procedimento de conversão do discurso direto em indireto. Reveja: As questões, muitas vezes, solicitam para o aluno a correspondente frase convertida do discurso direto para o indireto. Para fazer isso, devemos mapear as mudanças que se fazem necessárias. Confira a tabela a seguir:



Dessa forma, a conversão para o discurso indireto de "**Tenho** a impressão de que isso não **ocorre** só com a tecnologia" resulta em "Flávio afirmou que **tinha** a impressão de que isso não **ocorria** só com a tecnologia."

Resposta: E

14. No contexto, o verbo que pode ser flexionado no singular, sem prejuízo das relações de sentido e da correção, está sublinhado em:

- (A) que as invenções existem para nos servir.
- (B) que as máquinas se adaptem às pessoas.
- (C) elas trocam todas as que possuíam.
- (D) A velocidade ficou maior do que as pessoas conseguem alcançar.
- (E) A grande maioria das pessoas usam bem pouco dos recursos de seus computadores.

RESOLUÇÃO:

Na letra E, temos o clássico caso da concordância com expressões partitivas

Resposta: E

Raciocínio Lógico-Matemático – Professor Arthur Lima

15. Maria tem 3 anos de diferença do seu irmão mais velho. Daqui a 9 anos o produto das idades de ambos irá aumentar 288 unidades. A idade de Maria é

- (A) 10
- (B) 11
- (C) 20
- (D) 12
- (E) 9

RESOLUÇÃO:

Seja M a idade de Maria e I a idade do seu irmão no dia de hoje.

O produto das idades deles hoje é $M \times I$.

Daqui a 9 anos, o produto das idades será $(M+9) \times (I+9) = M \times I + 9M + 9I + 81$.

A diferença entre os 2 produtos será 288, ou seja,

$$288 = M \times I + 9M + 9I + 81 - M \times I$$

$$288 = 9M + 9I + 81$$

$$207 = 9M + 9I$$

$$23 = M + I$$

O enunciado também disse que hoje Maria é 3 anos mais nova que o irmão, ou seja,

$$M = I - 3$$

Isto é, $I = M + 3$

Substituindo I por $M+3$ na equação $23 = M + I$, temos:

$$23 = M + (M+3)$$

$$23 = 2M + 3$$

$$20 = 2M$$

$$M = 10 \text{ anos}$$

Resposta: A

16. Livia leu um livro nas férias em 4 dias. No 1º dia, leu um terço do livro. No 2º dia, leu um terço do que faltava. No 3º dia, leu 10 páginas a mais do que tinha lido no 2º dia. No 4º dia, Livia leu as 30 páginas que faltavam para acabar o livro. O número de páginas do livro de Livia é

(A) 240

(B) 180

(C) 150

(D) 480

(E) 360

RESOLUÇÃO:

Sejam P o número de páginas do livro. No primeiro dia foram lidas $P/3$ páginas, ou seja, um terço. Isto é,

$$\text{Lidas no primeiro dia} = P/3$$

Com isso, restaram dois terços, ou melhor, $2P/3$ páginas.

No segundo dia foram lidas $1/3$ das $2P/3$ páginas restantes, isto é,

$$\text{Lidas no segundo dia} = 1/3 \times 2P/3 = 2P/9$$

No terceiro dia foram lidas 10 páginas a mais que no segundo:

$$\text{Lidas no terceiro dia} = 2P/9 + 10$$

No quarto dia foram lidas 30 páginas:

$$\text{Lidas no quarto dia} = 30$$

O total de páginas é igual à soma das páginas lidas a cada dia, concorda? Ou seja:

$$P = P/3 + 2P/9 + 2P/9 + 10 + 30$$

$$P = 3P/9 + 2P/9 + 2P/9 + 40$$

$$P = 7P/9 + 40$$

$$P - 7P/9 = 40$$

$$9P/9 - 7P/9 = 40$$

$$2P/9 = 40$$

$$P/9 = 20$$

$$P = 180 \text{ páginas}$$

Resposta: B

17. Há uma maçã verde, uma maçã vermelha e uma laranja. Deve-se verificar quanto cada fruta pesa, mas só podem ser pesadas duas a duas. As maçãs verde e vermelha juntas pesam 450 g, a maçã verde e a laranja juntas pesam 390 g, a maçã vermelha e a laranja juntas pesam 360 g. A maçã vermelha pesa

- (A) 220 g
- (B) 210 g
- (C) 205 g
- (D) 215 g
- (E) 225 g

RESOLUÇÃO:

Sejam V_d , V_m e L as três laranjas.

As maçãs verde e vermelha juntas pesam 450 g:

$$V_d + V_m = 450$$

A maçã verde e a laranja juntas pesam 390 g:

$$V_d + L = 390$$

A maçã vermelha e a laranja juntas pesam 360 g:

$$V_m + L = 360$$

A primeira equação nos diz que $V_d = 450 - V_m$

Substituindo V_d da equação $V_d + L = 390$ por $450 - V_m$ (afinal $V_d = 450 - V_m$), temos:

$$450 - V_m + L = 390$$

$$450 - 390 = V_m - L$$

$$60 = Vm - L$$

$$L = Vm - 60$$

Na última equação ($Vm + L = 360$):

$$Vm + L = 360$$

$$Vm + Vm - 60$$

$$0 = 360$$

$$2Vm = 420$$

$$Vm = 210g$$

Resposta: B

18. Na granja de Celso, há codornas, galinhas e patas. Por dia, Celso recolhe 15 ovos de codorna, 12 ovos de galinha e 9 ovos de pata. O menor número de dias necessários para Celso ter certeza de que recolheu, pelo menos, 1 800 ovos de galinha e 1 500 de pata é

(A) 150

(B) 316

(C) 156

(D) 167

(E) 100

RESOLUÇÃO:

Como ele recolhe 12 ovos de galinha por dia, para recolher 1800 são necessários $1800 / 12 = 150$ dias. Como ele recolhe 9 ovos de pata por dia, para recolher 1500 são necessários $1500 / 9 = 166,7$ dias. Comparando os dois valores, veja que são necessários 167 dias para cumprir o objetivo (afinal, não podemos ficar com dias "quebrados").

Resposta: D

19. Considere a sequência $\frac{2^0}{3^{-1}}; \frac{-2^1}{3^0}; \frac{2^2}{3^1}; \frac{-2^2}{3^2}$ em que o primeiro termo é $\frac{2^0}{3^{-1}}$. O sétimo termo dessa sequência é

(A) $\frac{64}{243}$

(B) $-\frac{64}{243}$

(C) $\frac{32}{81}$

(D) $-\frac{32}{81}$

(E) $\frac{32}{243}$

RESOLUÇÃO:

Muitos alunos acreditam que haja algum erro de digitação, pois esperavam uma sequência assim:

$$\frac{2^0}{3^{-1}}, \frac{-2^1}{3^0}, \frac{2^2}{3^1}, \frac{-2^3}{3^2}$$

Entretanto, o fato é que NÃO foi esta a sequência dada pela FCC. Devemos trabalhar com a sequência fornecida, onde há uma repetição do expoente 2:

$$\frac{2^0}{3^{-1}}, \frac{-2^1}{3^0}, \frac{2^2}{3^1}, \frac{-2^2}{3^2}$$

Veja a sequência de expoentes dos numeradores:

$$0, 1, 2, 2, \dots$$

Aparentemente esta sequência não faz muito sentido. O que pode explicar a repetição do 2 é a existência de duas sequências alternadas: uma formada pelos termos positivos e outra formada pelos termos negativos. Veja:

$$\frac{2^0}{3^{-1}}, \frac{-2^1}{3^0}, \frac{2^2}{3^1}, \frac{-2^2}{3^2}$$

Para continuar o preenchimento, veja que na sequência vermelha devemos continuar preenchendo os expoentes dos denominadores somando duas unidades (como ocorre de 0 para 2). Nos numeradores da sequência preta, seria preciso ir somando 1 unidade nos expoentes (como ocorre de 1 para 2). Nos denominadores das duas sequências, basta ir somando 2 unidades (como ocorre de -1 para 1, ou de 0 para 2). Assim, temos:

$$\frac{2^0}{3^{-1}}, \frac{-2^1}{3^0}, \frac{2^2}{3^1}, \frac{-2^2}{3^2}, \frac{2^4}{3^3}, \frac{-2^3}{3^4}, \frac{2^6}{3^5}$$

Portanto, o sétimo termo é:

$$\frac{2^6}{3^5} = \frac{64}{243}$$

Resposta: A

20. João escolheu um número do conjunto {90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98} que Pedro deve adivinhar. João fez três afirmações mas só uma é verdadeira:

- o número é par.
- o número é múltiplo de 5.
- o número é divisível por 3.

O número máximo de tentativas para que Pedro adivinhe o número escolhido por João é

- (A) 9
- (B) 7
- (C) 6
- (D) 5
- (E) 4

RESOLUÇÃO:

Podemos começar levantando os números que atendem cada condição:

- par: 90, 92, 94, 96, 98
- divisível por 3: 90, 93, 96
- múltiplo de 5: 90, 95

Quais números atendem SOMENTE UMA destas regras? São eles: 92, 94, 98, 93, 95. Estes são os números que deixariam somente 1 das frases verdadeiras, e as demais falsas.

Assim, com as pistas fornecidas, ficamos entre 5 números. Para ter CERTEZA de que vamos encontrar o número correto, precisamos de no máximo 5 tentativas.

Resposta: D

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Administrativo – Professor Erick Alves

21. A Administração pública municipal instaurou um pregão para aquisição de mobiliário, a cuja sessão compareceram 6 (seis) interessados. Das seis propostas apresentadas, para viabilizar a escolha pela Administração,

(A) todos os participantes poderão apresentar sucessivos lances para melhoria de suas propostas, até que seja alcançado o menor valor.

(B) o primeiro e o segundo classificados abrirão fase de disputa de lances, que poderão se suceder em até três oportunidades, após o que ficará definido o vencedor.

(C) os três melhores colocados, entre os quais foi identificada diferença de valores no intervalo de 2% a 7%, poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até definição do vencedor.

(D) a proposta de valor mais baixo será considerada vencedora, desde que seja menor, igual ou superior em até 5% do orçamento referencial da Administração pública.

(E) os participantes poderão apresentar um novo lance cada um, fechado, o que possibilitará a reclassificação da ordem inicial, com maior vantajosidade para a Administração pública.

RESOLUÇÃO:

Conforme o art. 4º, VIII da Lei 10.520/2002, no curso da sessão do pregão, apenas o autor da oferta de valor mais

baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela é que poderão fazer novos lances

verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor. Logo, correta a alternativa "c", que aponta diferença de até

7% entre as propostas (inferior, portanto, ao limite de 10% previsto na lei).

Vamos ver o erro das demais alternativas: a) não são todos, mas apenas o autor da oferta de valor mais baixo e os

das ofertas com preços até 10% superiores àquela; b) não apenas o primeiro e o segundo, mas todos que tiverem

feito oferta até 10% superior à de menor valor; d) a proposta de menor valor não é automaticamente considerada

vencedora, pois a fase de lances deve ocorrer; se não houver outras propostas até 10% superiores à de menor valor, a fase de lances ocorre com os três licitantes melhores classificados; e) não são todos os licitantes que podem apresentar novos lances e os lances são abertos.

Resposta: C

22. Um servidor público recém nomeado para cargo efetivo na Administração direta foi convidado para representar o Brasil em conselho internacional situado no exterior, com competência deliberativa em matéria

comercial. O servidor, que conta apenas com 15 meses de cargo público, mas possui notório conhecimento na área, o que motivou o convite,

(A) não poderá representar o Brasil para a finalidade indicada, o que é permitido apenas aos servidores titulares de cargos efetivos que já tenham sido devidamente confirmados.

(B) não poderá aceitá-lo, pois o estágio probatório em curso não permite ao servidor a concessão de nenhuma licença ou afastamento, privativos de servidores efetivos.

(C) poderá assumir a representação do Brasil, ficando antecipadamente concluído o período de estágio probatório em razão da superioridade das funções a serem desempenhadas em nível internacional.

(D) poderá pleitear afastamento, prosseguindo com o cumprimento do estágio probatório na localidade onde se situa o organismo internacional que passará a integrar, sendo de rigor adaptação dos critérios de avaliação às novas atividades desenvolvidas.

(E) poderá ser afastado para desempenhar as funções no organismo internacional, operando-se a suspensão do estágio probatório, que voltará a transcorrer após o encerramento da representação no exterior.

RESOLUÇÃO:

Por contar com apenas 15 meses no cargo, o servidor ainda se encontra no período de estágio probatório, que é

de 3 anos.

O servidor em estágio probatório poderá sim ser afastado para servir em organismo internacional, período durante o qual seu estágio ficará suspenso, conforme previsto no art. 20, §5º da Lei 8.112/90 c/c art. 96 da Lei 8.112/90.

Resposta: E

23. Ademar, ocupante de cargo em comissão em empresa pública, recebia pagamentos para não certificar o inadimplemento de entidades conveniadas que não apresentavam prestação de contas na forma convencionada, o que seria obrigação do servidor.

Com isso, as entidades em questão não eram intimadas a devolver os recursos recebidos. Independentemente do vínculo jurídico firmado entre a empresa pública e as entidades mencionadas,

(A) o servidor público pode ser responsabilizado por ato administrativo que gera prejuízo ao erário, desde que se confirme e comprove que agiu com dolo e má-fé.

(B) o empregado em questão não poderá ser responsabilizado por ato de improbidade, porque não possui vínculo estatutário com a empresa pública.

(C) a empresa pública não se enquadra na condição de sujeito passivo de improbidade, porque possui geração de receitas próprias e fins lucrativos, podendo a conduta, no entanto, tipificar ilícito penal.

(D) diante do comprovado enriquecimento ilícito do servidor, que intencionalmente deixou de emitir certidão declarando a inadimplência das entidades, resta tipificado ato de improbidade.

(E) o servidor não poderá ser processado por ato de improbidade que gera prejuízo ao erário, eis que descaracterizado o enriquecimento ilícito pelo fato de os recursos não advirem do Tesouro.

RESOLUÇÃO:

Ademar, ao aceitar vantagem pecuniária para se beneficiar de sua posição de agente público, praticou ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito, além de ter causado prejuízo ao erário por não cobrar a prestação de contas das entidades devedoras, daí o gabarito.

A alternativa "a" está errada porque a responsabilização por ter dado causa a prejuízo ao erário ocorre nos casos de dolo ou culpa.

A alternativa "b" está errada porque empregados públicos estão sim abrangidos no conceito de agente público para fins de improbidade administrativa.

A alternativa "c" erra porque as empresas públicas, na qualidade de entidades da administração indireta, estão sim enquadradas na condição de sujeitos passivos do ato de improbidade.

Por fim, o servidor poderia sim ser processado por ato de improbidade que gera prejuízo ao erário, uma vez que, como visto, as empresas públicas são sujeitos passivos do ato de improbidade.

Resposta: D

24. Um particular que sofreu danos morais e materiais em razão de acidente de trânsito causado por agente público, que estava conduzindo viatura pública durante período de licença-saúde,

(A) não pode demandar o servidor público diretamente para pleitear indenização, considerando que no momento do acidente este não se enquadraria no conceito formal de agente público, em razão do afastamento a que estava sujeito.

(B) deve demandar o servidor em caráter pessoal e integral, tendo em vista que este, além da responsabilidade civil que se lhe imputa, agia em desacordo com as normas disciplinares.

(C) deve representar o servidor por infração disciplinar, bem como seu superior hierárquico imediato, em razão do desempenho de função pública em período de afastamento, somente após o que poderá haver apuração de responsabilidade civil.

(D) pode demandar diretamente o servidor público causador do acidente, que responde objetivamente em razão da prática flagrante de infração disciplinar.

(E) pode demandar a Administração pública para pleitear indenização pelos danos sofridos, sem prejuízo de poder processar diretamente o servidor público, ainda que este estivesse exercendo suas funções irregularmente.

RESOLUÇÃO:

Para analisar esse item, devemos responder a duas questões: i) o fato de o servidor estar de licença afasta a responsabilidade do Estado? ii) a ação de indenização deve ser ajuizada contra o Estado, contra o servidor ou contra ambos?

Quanto à primeira questão, vale lembrar que a responsabilidade civil do Estado surge quando o dano é causado por agente público atuando nessa qualidade, ou seja, no exercício de suas atribuições. Indo além, a doutrina ensina que o Estado deve ser responsabilizado mesmo quando o agente causa o dano "como se estivesse exercendo" suas atribuições (ainda que não esteja regularmente), o que, no caso da questão, podemos presumir pelo simples fato de o agente estar usando veículo oficial e integrar efetivamente os quadros do Estado. Assim, a situação caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado.

Quanto à segunda questão, temos que, a princípio, a ação deve ser ajuizada contra o Estado, mas nada impede o litisconsórcio facultativo do agente público ou mesmo a propositura diretamente contra o agente público. Em tese, caberia à vítima decidir contra quem irá propor a ação de indenização, e ao juiz decidir quem responsabilizar.

Correta, portanto, a alternativa “e”

Resposta: E

25. Os atos praticados pelos administradores de uma sociedade de economia mista, nesta qualidade,

(A) podem ter natureza de ato administrativo, a exemplo de decisões indeferindo requerimento de informações, formulado por particular, sobre os serviços públicos prestados pela empresa.

(B) têm natureza de ato administrativo discricionário, a exemplo da decisão que aprova a locação de imóveis da empresa que estejam desocupados.

(C) têm natureza vinculada quando se prestarem a autorizar a alienação de imóveis da empresa que não estejam sendo utilizados para atividades afetas a seu objeto social.

(D) estão sujeitos à revisão administrativa pela Administração direta, sempre que implicarem indeferimento de pleitos dos empregados públicos ou de particulares.

(E) estão sujeitos à hierarquia administrativa da Administração direta, porque praticados por pessoa jurídica integrante desta estrutura administrativa.

RESOLUÇÃO:

a) CERTA. As sociedades de economia mista são entidades de direito privado, que atuam tanto sob o regime de direito público como sob regime de direito privado. Quando atuam sob o regime de direito público, seus atos são classificados como atos administrativos, a exemplo dos praticados na prestação de serviços públicos. Por outro lado, se atuam sob o regime de direito privado, não seriam atos administrativo (por isso, o emprego da palavra “podem” está correto).

b) ERRADA. O item dá a entender que todos os atos praticados pelos dirigentes de entidades da administração indireta seriam discricionários, o que é errado, pois eles também praticam atos vinculados.

c) ERRADA. A decisão de alienar ou não um imóvel desocupado é discricionária, e não vinculada.

d) ERRADA. O controle finalístico exercido pela Administração direta sobre as entidades da Administração indireta não autoriza a revisão de atos nos termos apontados no item.

e) ERRADA. Administração direta e indireta não estão ligadas em uma relação de hierarquia.

Resposta: A

26. Quando o Executivo desempenha suas funções por meio do exercício do poder regulamentar,

(A) edita atos de caráter concreto e específico, passíveis de serem impugnados individualmente.

(B) pode inovar o ordenamento jurídico, desde que se esteja diante de lacunas legais em matéria de interesse público.

(C) deve observar os limites postos pela lei para explicitar os dispositivos desta, detalhando, por exemplo, o procedimento de aplicação da norma regulamentada.

(D) avoca competências típicas de poder de polícia, podendo instituir limitações aos direitos dos particulares, em caráter isonômico.

(E) edita atos administrativos de natureza vinculada, porque estes não podem desbordar da lei à qual estão submetidos.

RESOLUÇÃO:

a) ERRADA. Os decretos, como regra, possuem caráter geral e abstrato. Podem também, em casos específicos, possuir caráter concreto e específico (a exemplo dos decretos de desapropriação), mas não é a regra.

b) ERRADA. O poder regulamentar deve se restringir à lei, não podendo inovar o ordenamento jurídico.

c) CERTA. Trata-se da função exata dos decretos regulamentares.

d) ERRADA. Limitações a direitos somente podem ser impostas por lei, e não por decreto.

e) ERRADA. Os decretos, embora não possam extrapolar a lei, possuem caráter discricionário, pois o chefe do Poder Executivo possui liberdade (limitada) para definir os procedimentos necessários à fiel execução das leis.

Resposta: C

Noções de Direito Constitucional – Professora Nathalia Masson

27. Antônia tem 18 anos, Pedro 20 anos, João 30 anos e Miguel 40 anos. Entendendo-se que as demais condições de elegibilidade foram preenchidas e levando-se em consideração apenas a idade mínima, em conformidade com a Constituição Federal, Antônia

(A) e Pedro podem ser eleitos para o cargo de Vereador; João e Miguel podem ser eleitos para o cargo de Vereador, de Prefeito, de Governador ou de Presidente da República.

(B) e Pedro podem ser eleitos para o cargo de Vereador ou de Prefeito; João pode ser eleito para o cargo de Vereador, de Prefeito ou de Governador; Miguel pode ser eleito para o cargo de Vereador, de Prefeito, de Governador ou de Presidente da República.

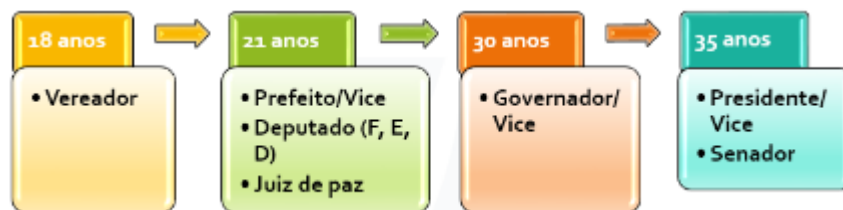
(C) pode ser eleita para o cargo de Vereadora; Pedro pode ser eleito para o cargo de Vereador ou de Prefeito; João pode ser eleito para o cargo de Vereador, de Prefeito ou de Governador; Miguel pode se eleito para o cargo de Vereador, de Prefeito, de Governador ou de Presidente da República.

(D) e Pedro podem ser eleitos para o cargo de Vereador; João pode ser eleito para o cargo de Vereador, de Prefeito ou de Governador; Miguel pode ser eleito para o cargo de Vereador, de Prefeito, de Governador ou de Presidente da República.

(E) pode ser eleita para o cargo de Vereadora ou de Prefeita; Pedro pode ser eleito para o cargo de Vereador, de Prefeito ou de Governador; João e Miguel podem ser eleitos para o cargo de Vereador, de Prefeito, de Governador ou de Presidente da República.

RESOLUÇÃO:

Ótima questão sobre o tema Direitos Políticos, por nós estudado na AULA 08. O item aqui exigido por nossa banca é referente às condições de elegibilidade, que estava em nosso material no tópico de número (10), tendo sido ilustrado pelo seguinte esquema:



Pois bem. Repare que a letra 'a' não pode ser nossa resposta, haja vista João ter 30 anos e não poder se candidatar ao cargo de Presidente da República (que exige, como idade mínima, 35 anos -- nos termos do art. 14, § 3º, VI, 'a', da CF/88).

A letra 'b' também não pode ser assinalada, haja vista nem Antônio, tampouco Pedro, poderem se candidatar ao cargo de Prefeito (que exige idade mínima de 21 anos, nos termos do art. 14, § 3º, VI, 'c', da CF/88). Aliás, exatamente porque Pedro não pode ser candidato ao cargo de Prefeito que não podemos marcar a letra 'c'.

Na letra 'd' encontramos nossa resposta! Todos os cargos listados podem ser disputados, uma vez que as idades mínimas constitucionalmente exigidas estão sendo respeitadas.

Por fim, a letra 'e' peca em vários pontos: (i) Antônio, por só ter 18 anos, não pode se candidatar ao cargo de Prefeita; (ii) Pedro, por só ter 20 anos, não pode se candidatar aos cargos de Prefeito ou Governador; (iii) João, por só ter 30 anos, não pode se candidatar ao cargo de Presidente da República.

Resposta: D

28. Adão desmaiou no jardim de sua casa no momento em que Adelina transitava na frente do imóvel. A pedestre então empurrou o portão e adentrou o imóvel, durante a noite, para prestar socorro a Adão. De acordo com a Constituição Federal, Adelina

(A) não agiu corretamente, pois não podia ter entrado no imóvel de Adão, já que a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador.

(B) agiu corretamente, pois podia ter penetrado no imóvel de Adão, já que o fez para lhe prestar socorro.

(C) não agiu corretamente, pois podia ter entrado no imóvel de Adão apenas no caso de flagrante delito, já que a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador.

(D) agiu corretamente, pois é permitida a penetração no imóvel de Adão sem o seu consentimento apenas para prestar socorro e por determinação judicial em qualquer horário, seja durante o dia ou à noite.

(E) não agiu corretamente, pois podia ter entrado no imóvel de Adão apenas com a sua permissão ou, durante o dia, por determinação judicial, já que a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador.

RESOLUÇÃO:

Como vimos em nossa AULA 05, no item 12 (em que tratamos da 'Inviolabilidade domiciliar'), a casa é asilo inviolável do indivíduo, sendo que o ingresso de terceiros neste local, sem que haja o consentimento do morador, somente pode se dar em situações narradas taxativamente pelo nosso texto constitucional no art. 5º, XI. Dentre tais hipóteses permissivas, encontra-se a situação de PRESTAR SOCORRO, cenário que autoriza o ingresso de terceiro em local considerado 'casa' tanto de dia quanto de noite.

Deste modo, não há dificuldade alguma: pode assinalar a letra 'b' como nossa resposta, pois Adelina agiu corretamente!

Uma dúvida que pode ter surgido: a letra 'd' também mencionava que Adelina agiu corretamente... por que razão não foi nossa resposta? Sim, a primeira parte da alternativa está adequada; mas veja que na continuidade da assertiva, a FCC justificou o acerto da decisão de Adelina dizendo que "é permitida a penetração no imóvel de Adão sem o seu consentimento apenas para prestar socorro e por determinação judicial em qualquer horário, seja durante o dia ou à noite". Nesta frase temos alguns erros: (i) o ingresso em local considerado casa pode se dar também 'em flagrante delito' ou em caso de 'desastre'; (ii) e por determinação judicial, o ingresso somente pode ser efetivado durante o dia (não a noite).

Encerro o comentário deste item lhe mostrando um esquema que estava em nosso material de PDF e certamente lhe ajudou a acertar este item:

HIPÓTESES DE INGRESSO EM LOCAL CONSIDERADO CASA	
DIA	NOITE
CONSENTIMENTO	CONSENTIMENTO
FLAGRANTE	FLAGRANTE
DESASTRE	DESASTRE
PRESTAR SOCORRO	PRESTAR SOCORRO
ORDEM JUDICIAL	XXXXXXXXXXXXXX

Resposta: B

29. Considere:

- I. Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário.
- II. Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- III. Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.
- IV. Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no máximo de trinta dias, nos termos da lei.

Em conformidade com a Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, aqueles contidos em

- (A) III e IV, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

RESOLUÇÃO:

A questão trata dos direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, tema que foi por nós estudado na AULA 07, no item 7.1.

Nossa resposta, como você bem sabe, encontra-se na letra 'e'. Vamos analisar cada uma das assertivas para confirmarmos:

Item I: incorreto, pois o seguro-desemprego é direito dos trabalhadores urbanos e rurais em caso de desemprego involuntário (não havendo previsão da fruição dessa prerrogativa na hipótese de desemprego voluntário); art. 7º, II, CF/88.

Item II: está de acordo com o art. 7º, VI, CF/88, 'in verbis': "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo".

Item III: está de acordo com o art. 7º, XVII, CF/88'in verbis': "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal".

Item IV: item incorreto, pois é direito dos trabalhadores urbanos e rurais o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo (e não no máximo) de trinta dias, nos termos da lei (art. 7º, XXI, CF/88).

Resposta: E

30. Alejandro é brasileiro naturalizado e está sendo acusado judicialmente de exercer atividade nociva ao interesse nacional; Cláudia é brasileira nata e teve uma outra nacionalidade originária assim reconhecida pela lei estrangeira; Marcos é brasileiro nato residente em Estado estrangeiro, tendo se naturalizado naquele país como condição para sua permanência no território.

Com fundamento na Constituição Federal, sentença judicial poderá declarar a perda da nacionalidade a

- (A) Alejandro e Cláudia, apenas.
- (B) Alejandro, Cláudia e Marcos.
- (C) Cláudia e Marcos, apenas.
- (D) Alejandro, apenas.
- (E) Alejandro e Marcos, apenas.

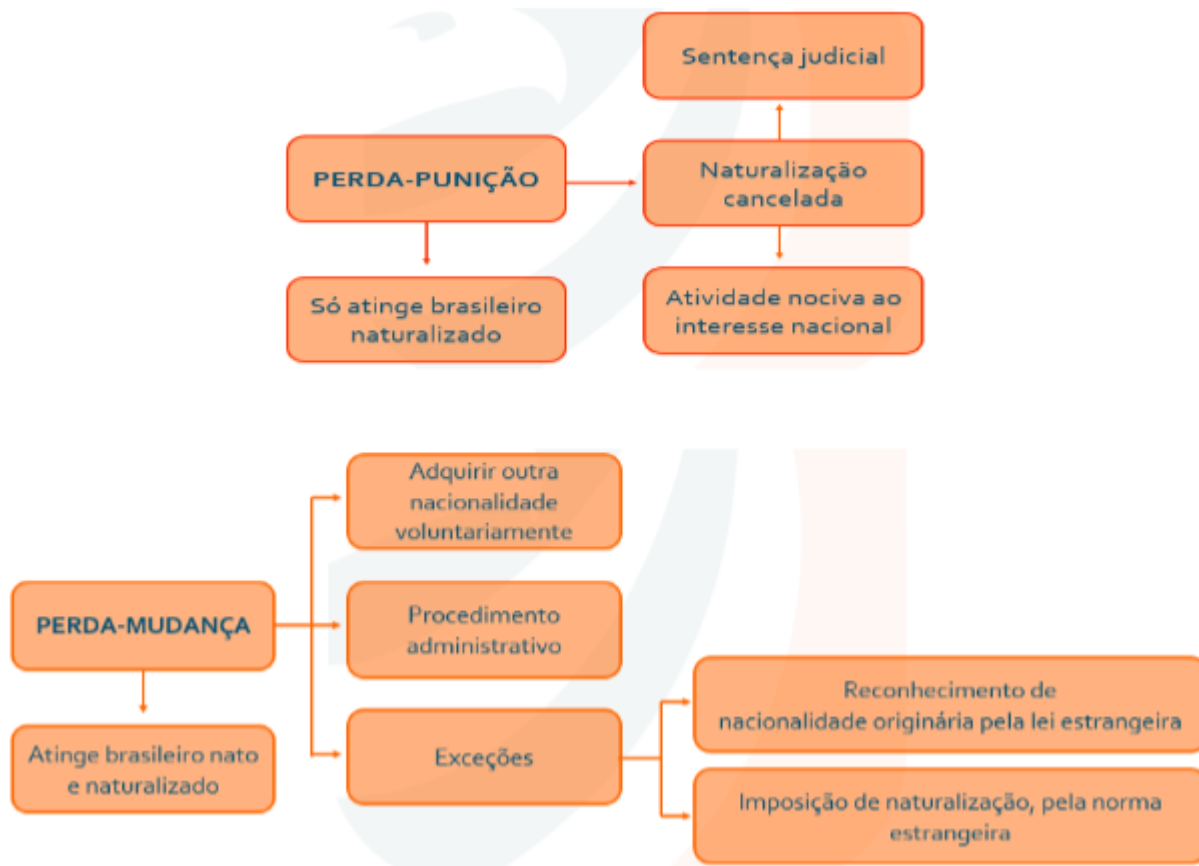
RESOLUÇÃO:

Eis a tão esperada questão sobre o tema nacionalidade, por nós estudado na AULA 00, de apresentação! A FCC exigiu de você o conhecimento sobre o tema 'Perda da Nacionalidade', que constava do item 6. Como sabemos, a regra inscrita no art. 12, § 4º, I, CF/88 indica que poderá ser declarada a perda da nacionalidade do brasileiro naturalizado que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional. É exatamente isso o que pode acontecer com Alejandro. De outro lado, lembremos que o art. 12, § 4º, II determina que será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro nato ou naturalizado que adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos: (a) de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira; e b) de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

Como Cláudia se enquadra no cenário narrado na alínea 'a' e Marcos na situação mencionada na alínea 'b', eles não se submetem à perda da nossa nacionalidade. Em outras palavras: podem adquirir outra nacionalidade que não perderão a nossa.

Assim, podemos assinalar como resposta aquela constante da letra 'd'.

Por último, vou lhe mostrar dois esquemas que estavam em nosso material e que ilustravam exatamente o cenário narrado pela questão. Vejamos:



Resposta: D

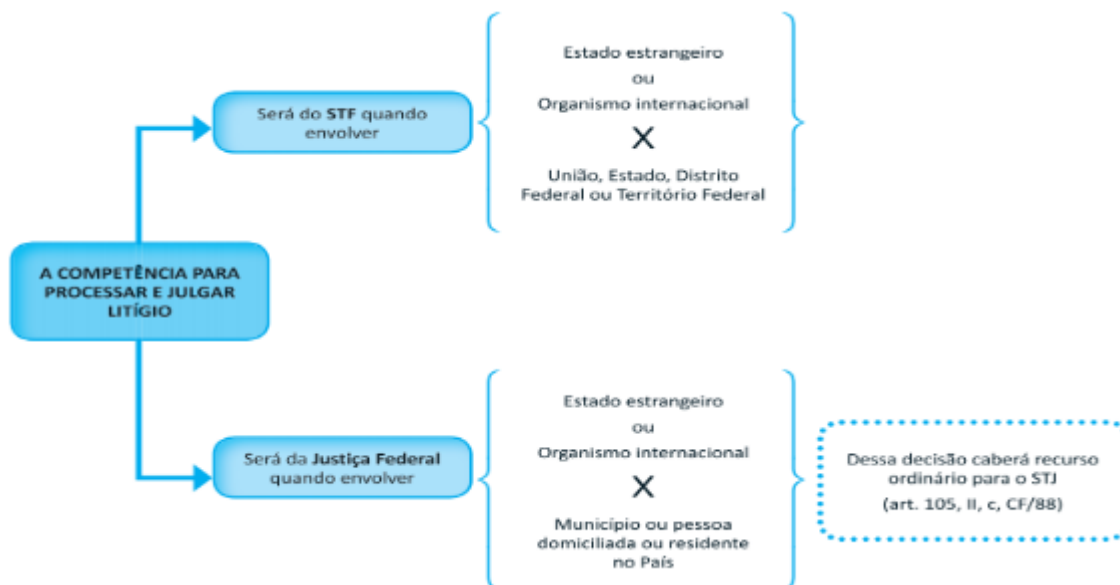
31. Lineu é juiz federal titular de vara de competência mista e deve decidir acerca da sua competência com relação a três processos que lhe foram distribuídos: o primeiro trata de causa de ação referente a acidente de trabalho, na qual entidade autárquica Federal (INSS) figura como ré; o segundo se refere a causa entre Estado estrangeiro e município; e o terceiro versa sobre crime contra a organização do trabalho. Com base na Constituição Federal, Lineu deve dar-se por

- (A) incompetente para processar e julgar a primeira causa e competente para processar e julgar a segunda e a terceira causas.
- (B) competente para processar e julgar a primeira causa e incompetente para processar e julgar a segunda e a terceira causas.
- (C) competente para processar e julgar as três causas.
- (D) incompetente para processar e julgar as três causas.
- (E) competente para processar e julgar a primeira e a segunda causas e incompetente para processar e julgar a terceira causa.

RESOLUÇÃO:

Em nossa AULA 14, sobre o tema Poder Judiciário, estudamos várias competências dos órgãos jurisdicionais (no item 12.3 falamos das atribuições dos juízes federais). Sabemos, portanto, que nos termos do art. 109, incisos II e VI, o juiz federal é competente para processar e julgar duas das causas mencionadas (causa entre Estado estrangeiro e município; e sobre crime contra a organização do trabalho). Isso já nos permitiria descartar as letras 'b', 'd' e 'e'. Marcar a letra 'a' (nossa resposta), inviabilizando a 'c', dependeria de você se lembrar que a competência para processar causa de ação referente a acidente de trabalho, na qual entidade autárquica Federal (INSS) figura como ré, não é atribuição da justiça federal, por força do art. 109, I, CF/88.

Finalizo este comentário, lhe mostrando um esquema que usamos em nosso material que, certamente, contribuiu para que você acertasse essa questão!



Resposta: A

32. Ronaldo é Ministro de Estado e Paulo é Secretário Municipal. No que concerne à remuneração de ambos os servidores públicos e obedecido o disposto na Constituição Federal, Ronaldo

(A) será remunerado exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de adicional, prêmio e verba de representação, enquanto Paulo será remunerado por subsídio fixado em parcela única, sendo possível o acréscimo de adicional e prêmio, vedada verba de representação.

(B) e Paulo serão remunerados por subsídio fixado em parcela única, sendo possível o acréscimo de adicional e prêmio, vedada verba de representação.

(C) e Paulo serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo, dentre outras vantagens, de adicional, prêmio e verba de representação.

(D) e Paulo serão remunerados por subsídio fixado em parcela única, sendo possível, dentre outras vantagens, o acréscimo de adicional, prêmio e verba de representação.

(E) e Paulo serão remunerados por subsídio fixado em parcela única, sendo possível o acréscimo de adicional e verba de representação e vedado prêmio.

RESOLUÇÃO:

Nessa questão a FCC, novamente, exigiu do candidato conhecimentos baseados na literalidade da lei, mais precisamente do artigo 39, §4º da CF. Sendo assim, o dispositivo ressalta que o membro do Poder, o **detentor de mandato eletivo**, os **Ministros de Estado** e os **secretários estaduais e municipais** serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o que dispões o artigo 37, X e XI também da CF.

Resposta: C

Noções de Direito Processual Civil – Prof. Henrique Santillo e Profa. Patrícia Dreyer

33. João, domiciliado em São Paulo, pretende ajuizar contra Antônio, domiciliado em Salvador, ação para postular a declaração da propriedade de automóvel que foi licenciado no município de Aracaju e se acha na posse de Ricardo, que tem domicílio em Manaus. Nesse caso, segundo as regras de competência previstas no Código de Processo Civil, a ação deverá ser proposta no foro de

- (A) São Paulo.
- (B) Salvador.
- (C) Aracaju.
- (D) Manaus.
- (E) São Paulo, Salvador, Aracaju ou Manaus, segundo exclusivo critério do autor.

RESOLUÇÃO:

Muito cuidado, pois estamos diante de ação que versa sobre propriedade de um bem móvel (automóvel).

Dessa forma, a ação deverá ser proposta no foro de domicílio do réu Antônio, que é o de Salvador (BA):

Art. 46. A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis 1 será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu.

Resposta: B

34. Sobre Juizados Especiais Cíveis da Justiça Federal, é correto afirmar:

- (A) São regidos pela Lei no 10.259/2001 e a eles não se aplica a Lei no 9.099/1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Estadual.
- (B) Compete ao Juizado Especial Cível da Justiça Federal processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor máximo de quarenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.
- (C) Autarquias e fundações federais podem ser parte no Juizado Especial Cível da Justiça Federal, como autoras, desde que a causa respeite o valor de alçada.
- (D) No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial Cível da Justiça Federal, a sua competência é relativa.
- (E) Excluem-se da competência do Juizado Especial Cível da Justiça Federal as ações que tenham por objeto a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal.

RESOLUÇÃO:

(A) INCORRETA. A lei nº 10.259/01 não disciplina todos os aspectos do procedimento observado nos Juizados Especiais Federais; assim, utiliza-se de forma subsidiária os dispositivos da Lei nº 9.099/95 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais) compatíveis com o procedimento dos Juizados Especiais Federais:

Lei nº 10.259/01. Art. 1º São instituídos os Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Federal, aos quais se aplica, no que não conflitar com esta Lei, o disposto na Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995.

(B) INCORRETA. A lei 10.259 considerou que os Juizados Especiais Federais possuem competência para processar e julgar as causas de sua competência de até 60 salários mínimos (não 40!):

Art. 3º Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

(C) INCORRETA. As pessoas jurídicas de Direito Público federais (a União, autarquias, fundações e empresas públicas federais) podem ser apenas rés nesses processos!

Art. 6º Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível:

II – como rés, a União, autarquias, fundações e empresas públicas federais.

(D) INCORRETA. Nos foros onde houver Vara do Juizado Especial instalada, a competência do JEF para julgar causas de até 60 salários mínimos é ABSOLUTA:

Art. 3º, § 3º No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é absoluta.

(E) CORRETA. A alternativa está em conformidade com o art. 3º da Lei nº 10.259/01:

Art. 3º Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

§ 10 Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas:

III - para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal;

Resposta: E

35. André ajuizou ação de cobrança contra Reinaldo e Letícia, demandando o pagamento de alugueres de um imóvel que lhes havia locado, mediante contrato verbal. Em sua contestação, Reinaldo nega a existência de locação, argumentando que o imóvel lhes havia sido cedido em comodato. Por sua vez, na contestação de Letícia, ela admite a existência da locação, sustentando que ela e Reinaldo, seu irmão, deixaram de pagar os alugueres por conta de dificuldades financeiras. Nesse caso, dada a existência do litisconsórcio passivo, a confissão de Letícia quanto à existência da locação

(A) faz prova apenas contra ela, Letícia.

- (B) faz prova contra ela, Letícia, e também contra Reinaldo.
- (C) faz prova apenas contra Reinaldo.
- (D) faz prova contra ela, Letícia, somente se corroborada por outros meios.
- (E) não faz prova contra ela, Letícia, nem contra Reinaldo.

RESOLUÇÃO:

No litisconsórcio passivo simples, temos o princípio da independência dos litisconsortes.

CPC/2015. Art. 117. Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar.

Dessa maneira, a confissão de Letícia quanto à existência da locação fará prova apenas contra ela, pois Reinaldo não poderá ser prejudicado pela confissão (ato prejudicial) de Letícia, já que são litigantes distintos.

Resposta: A

36. Patrícia ajuizou ação indenizatória contra a União. Sem examinar a prova produzida nem apreciar nenhum dos fundamentos deduzidos na contestação, o juiz pronunciou, de ofício, a prescrição, extinguindo o processo por meio de sentença, contra a qual não foi interposto nenhum recurso no prazo legal. Nesse caso, a sentença

- (A) importou em resolução de mérito, fazendo coisa julgada formal, mas não material.
- (B) importou em resolução de mérito, fazendo coisa julgada material.
- (C) não importou em resolução de mérito, nem fez coisa julgada.
- (D) não importou em resolução de mérito, fazendo coisa julgada formal, mas não material.
- (E) não importou em resolução de mérito, fazendo coisa julgada material.

RESOLUÇÃO:

A sentença que reconhece a ocorrência de prescrição efetivamente analisa o mérito da demanda, o que a classifica como sentença definitiva, com aptidão para formar coisa julgada material:

Art. 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz:

II - decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição;

Art. 502. Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.

Dessa forma, a sentença importou em resolução de mérito e fez coisa julgada material.

Resposta: B

37. Rodolfo ajuizou ação contra Felipe, versando o litígio sobre direito indisponível. Devidamente citado, o réu não ofereceu contestação no prazo legal, tornando-se revel. Nesse caso, a revelia

- (A) impõe que o pedido seja julgado procedente.
- (B) torna precluso o direito de produzir provas.

- (C) veda a interposição de recurso contra a sentença.
- (D) impede o réu de intervir no processo, salvo na fase de cumprimento de sentença.
- (E) não enseja a presunção da veracidade das alegações de fato formuladas pelo autor.

RESOLUÇÃO:

(A) INCORRETA e (E) CORRETA

O fato de um réu se tornar revel no processo e ter contra si a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor não leva à automática procedência do feito. Há casos em que esse efeito da revelia não ocorrerá, como nas hipóteses em que o litígio versar sobre direito indisponível (como é o caso da nossa questão)

Art. 344. Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.

Art. 345. A revelia não produz o efeito mencionado no art. 344 [presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor] se: (...)

II - o litígio versar sobre direitos indisponíveis;

(B), (C) e (D) INCORRETAS. A revelia não exclui totalmente a participação do réu revel no processo, podendo, inclusive, produzir provas e interpor recursos:

Art. 346, Parágrafo único. O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.

Resposta: E

Noções de Direito Processual Penal – Professores Alexandre Salim e Bernardo Bustani

38. Ricardo está sendo processado por crime de furto, praticado contra uma empresa pública federal, cujo processo tramita em uma das varas federais, com competência criminal, de Porto Alegre-RS. No curso do processo, o advogado constituído de Ricardo apresentou pedido ao Magistrado que preside o feito para reconhecimento da prescrição e consequente extinção da punibilidade do réu (Ricardo). O pedido é indeferido pelo Magistrado. Nesse caso, nos termos preconizados pelo Código de Processo Penal, o advogado de Ricardo poderá interpor recurso

- (A) em sentido estrito, no prazo de 10 dias.
- (B) de apelação, no prazo de 5 dias.
- (C) em sentido estrito, no prazo de 5 dias.
- (D) de apelação, no prazo de 10 dias.
- (E) de apelação, no prazo de 15 dias.

RESOLUÇÃO:

Realmente, no caso de indeferimento de pedido de reconhecimento de prescrição, o recurso cabível é o Recurso em Sentido Estrito, no prazo de 05 dias.

Art. 581. Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença:

IX – que indeferir o pedido de reconhecimento da prescrição ou de outra causa extintiva da punibilidade;

Art. 586. O recurso voluntário poderá ser interposto no prazo de cinco dias.

Resposta: C

39. Xisto está sendo processado por crime de lavagem de dinheiro, pois ocultou valores em espécie recebidos ilicitamente de empresa pública federal. No curso do processo, Xisto, assistido por seu advogado, resolve colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais, à identificação dos autores, coautores e partícipes, ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime. Na hipótese em questão, nos termos preconizados pela legislação específica sobre o tema (Lei no 9.613/1998), no caso de condenação,

(A) a pena de Xisto poderá ser reduzida em até um sexto e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto, sendo vedado ao Magistrado deixar de aplicá-la.

(B) a pena de Xisto poderá ser reduzida até a metade e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto, vedada a substituição por pena restritiva de direitos.

(C) a pena de Xisto poderá ser reduzida em até um terço e ser cumprida em regime semiaberto, vedado o regime aberto, facultando-se ao juiz substituí-la, a qualquer tempo, por pena restritiva de direitos.

(D) não será possível a redução da pena privativa de liberdade, mas o Magistrado poderá determinar o seu cumprimento em regime aberto ou semiaberto, e a substituição por pena restritiva de direitos a qualquer tempo.

(E) a pena de Xisto poderá ser reduzida de um a dois terços e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto, facultando-se ao juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la, a qualquer tempo, por pena restritiva de direitos.

RESOLUÇÃO:

Art. 1º. Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal. Pena: reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e multa.

§ 5º A pena poderá ser reduzida de um a dois terços e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto, facultando-se ao juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la, a qualquer tempo, por pena restritiva de direitos, se o autor, coautor ou partícipe colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais, à identificação dos autores, coautores e partícipes, ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime.

Resposta: E

40. Considere o seguinte caso hipotético: Mézio, Procurador da República, com atuação em Porto Alegre, viaja de carro com a família para o litoral norte de São Paulo. Durante o trajeto, no início da Rodovia dos Imigrantes, ainda na cidade de São Paulo, acaba perdendo o controle do veículo e atropela uma pessoa que estava no acostamento trocando o pneu do seu carro, a qual é socorrida ao hospital mais próximo, situado na cidade de São Bernardo do Campo, mas vem a óbito. Mézio é denunciado por crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor. No caso em tela, a competência para processar e julgar o Procurador da República Mézio é

(A) do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

(B) do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que abrange São Paulo e Mato Grosso do Sul, pois o crime ocorreu no estado de São Paulo.

(C) do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, pois ele oficia junto ao juízo federal abrangido por aquele tribunal.

(D) de uma das varas federais, com atribuição criminal, da 1ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo – capital.

(E) de uma das varas criminais da justiça estadual de São Paulo – capital.

RESOLUÇÃO:

Da questão, na minha opinião, cabe recurso. Isso porque o foro por prerrogativa de função, atualmente, está limitado aos crimes cometidos no exercício do cargo e em razão dele (crimes funcionais). Trata-se de entendimento do STF.

Na questão, claramente, o Procurador da República não está no exercício do cargo.

Resposta da banca: C – Resposta do professor: Questão anulada

41. Ronaldo, mediante seu advogado José, apresenta queixa-crime contra Silvana, Fábio e Rodrigo, imputando-lhes os crimes de calúnia e difamação. Sobre o caso hipotético apresentado e a queixa-crime, nos crimes de ação penal privada, nos moldes estabelecidos pelo Código de Processo Penal, é INCORRETO afirmar:

(A) O perdão concedido por Ronaldo à querelada Silvana a todos aproveitará, ainda que recusado por Fábio e Rodrigo.

(B) O Ministério Público poderá aditar a queixa-crime, no prazo de 03 dias, contados do recebimento dos autos, e deverá intervir em todos os termos subsequentes do processo.

(C) Se a uma quarta pessoa for imputado o mesmo crime de Silvana, Fábio e Rodrigo, o Ministério Público deverá zelar pela indivisibilidade da ação penal, obrigando o querelante Ronaldo ao processamento de todos.

(D) Estará perempta a ação penal privada iniciada por queixa-crime apresentada por Ronaldo se este deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos.

(E) José, advogado de Ronaldo, para ajuizar a ação penal privada, deverá estar munido de procuração com poderes especiais, constando, em regra, o nome do querelante e a menção do fato criminoso.

RESOLUÇÃO:

A questão pede a errada. A “letra A” está errada porque o perdão judicial só aproveita aqueles que o aceitarem.

Art. 51. O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.

Resposta: A

42. No dia 20 de Janeiro de 2019, durante a madrugada, um hipermercado situado na cidade de Curitiba foi roubado por cinco indivíduos armados. No curso da investigação a autoridade policial identificou Manuel

e Joaquim, ambos atualmente em local incerto e não sabido, como sendo dois dos cinco roubadores. Imediatamente a Autoridade Policial encaminhou representação ao juízo competente para decretação das prisões temporárias de Manuel e Joaquim, alegando ser imprescindível para as investigações do inquérito policial. Nesse caso, o Magistrado, ao se defrontar com a representação veiculada pela autoridade policial,

- (A) poderá decretar as prisões temporárias pelo prazo de 10 (dez) dias, sem possibilidade de prorrogação.
- (B) poderá decretar as prisões temporárias pelo prazo de 5 (cinco) dias, sem possibilidade de prorrogação.
- (C) não poderá decretar as prisões temporárias, uma vez que compete exclusivamente ao Ministério Público apresentar a necessária representação.
- (D) poderá decretar as prisões temporárias pelo prazo de 10 (dez) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- (E) poderá decretar as prisões temporárias pelo prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

RESOLUÇÃO:

A "Letra E" reproduz o entendimento da Lei 7.960/89 e por isso está correta.

Art. 1º Caberá prisão temporária:

I – quando imprescindível para as investigações do inquérito policial;

Art. 2º A prisão temporária será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

Resposta: E

Noções de Direito Previdenciário – Professores Thamiris Felizardo e Ivan Kertzman

43. Sobre o Sistema de Seguridade Social no Brasil, é correto afirmar:

- (A) É um sistema de gestão bipartite entre governo e sociedade nas políticas de Previdência, Assistência e Saúde.
- (B) São princípios para os benefícios da Seguridade Social: a universalidade da cobertura de atendimento, a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços e a irredutibilidade do valor dos benefícios.
- (C) A Saúde é um sistema não contributivo, mas a Previdência e a Assistência Social são contributivas por ocasião dos benefícios previdenciários e do amparo assistencial ao idoso e ao deficiente.
- (D) Há diversidade na base de financiamento da Previdência Social e seu custeio é realizado pelas contribuições do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS), bem como do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.

(E) O benefício ou serviço da seguridade social pode ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio.

RESOLUÇÃO:

(A) – Errada – gestão quadripartite

(B) – Certa – de acordo com o parágrafo único do art. 194, CF/88.

(C) – Errada – A assistência é não contributiva

(D) – Errada – A assertiva foi muito mal redigida, cabendo recurso. Veja que a banca a considerou errada por no final afirmar que não incide contribuição sobre aposentadorias e pensões do RGPS, “bem como do importador de bens ou serviços do exterior”. De fato, incide contribuição sobre este fato gerados, nos termos, do art. 195, IV, da CF 1988. Ocorre que a redação da assertiva não deixa claro que está afirmando que não incide contribuição sobre a importação de bens ou serviços do exterior, uma vez que a expressão “não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS)” está posta entre vírgulas.

(E) – Errada – de acordo com o art. 195, § 5º, da CF/88, nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

Resposta: B**44. Sobre os benefícios por incapacidade é INCORRETO afirmar:**

(A) Para os empregados e para os empregados domésticos, o empregador ficará obrigado a pagar os 15 primeiros dias de afastamento da licença-saúde, e só a partir do décimo sexto dia o segurado afastado receberá do INSS.

(B) A carência para o auxílio-doença é de 12 meses, salvo nos casos de acidentes de trabalho e de qualquer natureza, bem como no caso de doenças e afecções especificadas em lista elaborada pelos Ministérios da Saúde e da Previdência Social.

(C) Não haverá direito ao auxílio-doença nos casos de doença preexistente, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento da doença ou da lesão.

(D) Será pago um adicional de 25% no valor da aposentadoria por invalidez para aqueles que necessitam de ajuda permanente de terceiros.

(E) O auxílio acidente é um benefício por incapacidade que será pago ao segurado no término do auxílio-doença decorrente de acidentes de trabalho ou de qualquer natureza. Deverá ser comprovada a redução da capacidade laboral para que haja direito ao benefício.

RESOLUÇÃO:

(A) – Errada – Apesar de o INSS só ser responsável por pagar o benefício previdenciário do empregado doméstico e do empregado a partir do 16º dia de afastamento, não há qualquer garantia na lei que os primeiros 15 dias de afastamento do doméstico seja pago pelo empregador doméstico. O empregado tem esta garantia prevista no art. 60, § 3º da Lei 8.213/91. Vejamos:

Durante os primeiros quinze dias consecutivos ao do afastamento da atividade por motivo de doença, incumbirá à empresa pagar ao segurado empregado o seu salário integral.

(B) – Correta – art. 26, II, Lei 8.213/91

(C) – Correta – art. 59, § 1º, Lei 8.213/91

(D) – Correta – art. 45, Lei 8.213/91

(E) – Correta – art. 86, Lei 8.213/91

Resposta: A

45. Os benefícios previdenciários são uma forma de indenização sobre a eclosão do risco social previdenciário. Sobre esses benefícios é correto afirmar:

(A) Poderá ser concedido o salário-maternidade a mais de um segurado, decorrente do mesmo processo de adoção ou guarda, ainda que os cônjuges ou companheiros estejam submetidos a Regime Próprio de Previdência Social, ressalvado o pagamento do salário-maternidade à mãe biológica.

(B) De acordo com a legislação atual, a aposentadoria especial será devida pela profissão que o segurado possui ou pela exposição aos agentes químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes.

(C) O professor ou a professora da educação infantil, fundamental e ensino médio, bem como o do superior terão direito a se aposentar com 25 anos de contribuição, se mulher, e 30 anos de contribuição, se homem.

(D) O valor do auxílio-acidente poderá ser integrado ao salário de contribuição para fins de cálculo da futura aposentadoria. Por essa razão atualmente a aposentadoria e o auxílio-acidente não se acumulam.

(E) Haverá obrigatoriedade da incidência legal do fator previdenciário nas aposentadorias especial e por idade.

RESOLUÇÃO:

(A) – Errado – art. 71-A, § 2º, Lei 8.213/91

(B) – Errado – não pode ser concedida aposentadoria especial em função da categoria profissional desde a Lei 9.032/95

(C) – Errado – o professor do ensino superior não tem direito a redução do tempo de contribuição desde a EC 20/98.

(D) – Certo – De acordo com o art. 31, da Lei 8.213/91

(E) – A aposentadoria especial não usa o fator previdenciário e a por idade só o utiliza, facultativamente, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91

Resposta: D

Noções de Direito Tributário – Professores Danusa Studart, Renato Oliveira e Alexandre Lugon

46. Conforme o Código Tributário Nacional (CTN), a obrigação tributária

(A) depende, na essência, de o contribuinte, pessoa natural ou jurídica, estar sujeito a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios.

(B) decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas, de pagar, ou negativas, de receber, tributos, decorrentes da utilização, ou não utilização, dos serviços públicos federais, estaduais ou municipais, pelo cidadão residente no país.

(C) tem como fato gerador a conduta ativa ou omissiva do sujeito ativo face ao sujeito passivo, abrangendo os serviços prestados ou não prestados, pelo município ao munícipe, tais como segurança e proteção à vida, à liberdade, à intervenção externa, à educação de nível superior e ao patrimônio.

(D) depende, para ser cobrada coativamente, da capacidade civil passiva das pessoas naturais e da existência de responsável que tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.

(E) principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

RESOLUÇÃO:

Questão simples que trata do conceito de obrigação tributária principal previsto no art.113, §1º do CTN:

Art. 113. A obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

Resposta: E

47. O crédito tributário tem características distintas do crédito civil e, conforme o Código Tributário Nacional (CTN),

(A) compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

(B) compete ao contribuinte, responsável ou coobrigado pelo valor devido, constituir o crédito tributário pelo pagamento do imposto devido, após o prévio exame da autoridade administrativa, no chamado alto lançamento, na hipótese de tributo relativo a operações no mercado financeiro, grandes heranças ou grandes fortunas, por exemplo.

(C) será suspensa a exigibilidade do crédito tributário na hipótese de moratória, depósito do montante parcial ou integral, ou de reclamações nos órgãos de defesa da cidadania e igualdade.

(D) o crédito tributário será extinto apenas pelo pagamento, parcelamento, decisão judicial ou morte do devedor.

(E) existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos, do mesmo sujeito passivo, para com o mesmo ou diferentes credores, relativos ao mesmo ou a diferentes tributos, a autoridade administrativa que receber o pagamento determinará a respectiva imputação, obedecidas as seguintes regras: primeiro os créditos da União, e depois os dos estados e municípios, em conjunto e proporcionalmente.

RESOLUÇÃO:

Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Resposta: A

48. A Constituição Federal de 1988 estabelece que o Brasil é uma república federativa formada pela união indissolúvel dos estados e municípios e do distrito federal, e na parte que trata DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO, determina as competências tributárias da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Conforme a referida Constituição, são tributos que podem ser instituídos pela União:

(A) imposto sobre operações de crédito, contribuição de melhoria, contribuição para o custeio da iluminação pública e imposto sobre serviços.

(B) imposto sobre a renda, imposto sobre importação de produtos estrangeiros e imposto sobre grandes fortunas.

(C) contribuição de intervenção no domínio econômico, contribuição de melhoria, imposto sobre propriedades territoriais urbanas e taxa de fiscalização de portos e ferrovias.

(D) taxa de serviço de polícia de fronteira, contribuição previdenciária, imposto sobre a renda, e imposto sobre a propriedade de veículos automotores terrestres e aquáticos.

(E) taxa de expedição de certidões, taxa de vigilância sanitária, imposto sobre produtos industrializados destinados ao exterior e imposto sobre propriedade territorial urbana.

RESOLUÇÃO:

A única alternativa que apresenta tributos de competência da União é a letra B – imposto sobre a renda, imposto sobre importação de produtos estrangeiros e imposto sobre grandes fortunas.

Veja o artigo 153 da Constituição:

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

I – importação de produtos estrangeiros;

II – exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;

III – renda e proventos de qualquer natureza;

IV – produtos industrializados;

V – operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

VI – propriedade territorial rural;

VII – grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

Resposta: B

Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência – Prof. Ronaldo Fonseca

49. Nos termos da Lei no 10.098/2000, o passeio público

(A) não faz parte da via pública.

(B) está sempre no mesmo nível da via pública.

(C) destina-se exclusivamente à circulação de pedestres, não podendo ter qualquer outra destinação.

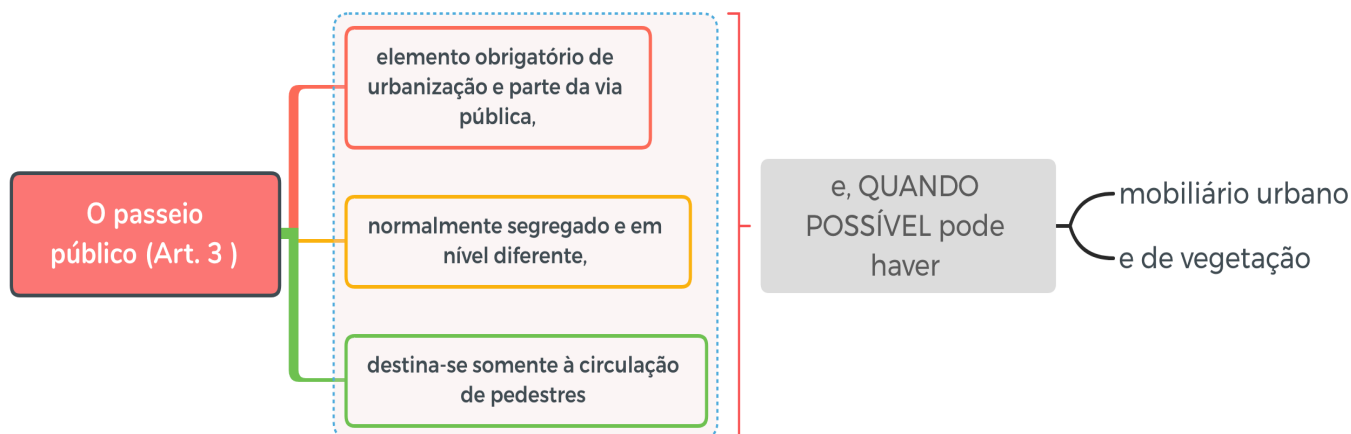
(D) é elemento obrigatório de urbanização.

(E) é considerado um mobiliário urbano.

RESOLUÇÃO:

Esta questão foi estudada em aula e nas revisões do Direção Concursos. Ela deixou algumas pessoas em dúvida, pois trazia detalhes da lei 10.098. Bom, muitos têm dúvidas sobre o que é passeio público. Nada mais é do que um local para os pedestres passearem, ok? Ele “destina-se apenas à circulação de pedestres”. E o passeio público é um “**elemento obrigatório de urbanização** e parte da via pública”. E, “normalmente segregado em nível diferente”, ou seja, fica separado e em nível diferente da via pública, da rua. Veja que já daria para responder a questão!

Analise o esquema abaixo. Em seguida vamos analisar as alternativas.



- A- (A) não faz parte da via pública.
- B- (B) está sempre no mesmo nível da via pública. (normalmente segregado e em nível separado). Note o **“normalmente”** e em **nível segregado**.
- C- (C) destina-se exclusivamente à circulação de pedestres, não podendo ter qualquer outra destinação. (errado, pois pode haver mobiliário urbano e vegetação, quando possível)
- D- (D) é elemento obrigatório de urbanização. (nosso gabarito)
- E- (E) é considerado um mobiliário urbano. (não é considerado um mobiliário urbano, mas quando possível, no passeio público pode haver mobiliário urbano e de vegetação).

Agora, depois de ver o esquema e ler as alternativas, reforce a memorização lendo a letra da lei.

Parágrafo único. O passeio público, elemento obrigatório de urbanização e parte da via pública, normalmente segregado e em nível diferente, destina-se somente à circulação de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano e de vegetação.

Resposta: D

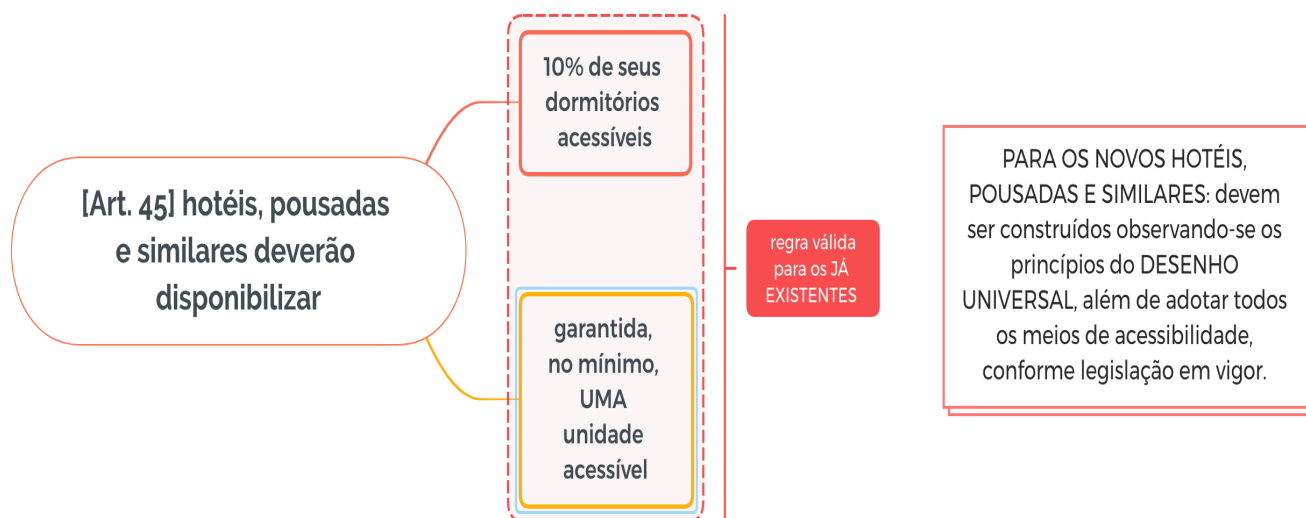
50. João é pessoa com deficiência e pretende passar férias com seus amigos em um bonito hotel localizado no estado do Paraná. Referido hotel foi construído em 2010 e possui 150 dormitórios. Nos termos da Lei no 13.146/2015, o hotel deverá disponibilizar, pelo menos,

- (A) 2 dormitórios acessíveis.
- (B) 10 dormitórios acessíveis.
- (C) 15 dormitórios acessíveis.
- (D) 5 dormitórios acessíveis.
- (E) 7 dormitórios acessíveis.

RESOLUÇÃO:

A lei **13.146/2015** trouxe regras claras para os hotéis que já existiam antes da criação da lei. O artigo 45 determina que hotéis, pousadas e similares deverão reservar 10% de seus dormitórios acessíveis, ou seja, de fácil acesso para as pessoas com deficiência. Por esta razão, a questão informa que o hotel foi construído em 2010. E

se ela não informasse a data? Mesmo assim, a regra de **10%** deveria ser respeitada. A diferença é que se o hotel foi construído depois da edição da Lei 13.146/2015, ele precisa respeitar os princípios do desenho universal, além de adotar todos os meios de acessibilidade. Veja o esquema:



Agora que você já sabe que são necessários 10% dos dormitórios acessíveis, basta fazer a conta:

$$10\% * 150 \text{ dormitórios} = 15 \text{ dormitórios.}$$

Mais uma vez, deixo a lei para você memorizar!

Lei 13. 146 – art.45 (grifos meus) que trata sobre as regras para acessibilidade nos dormitórios dos hotéis, pousadas e similares.

§ 1º Os estabelecimentos já existentes deverão disponibilizar, pelo menos, 10% (dez por cento) de seus dormitórios acessíveis, garantida, no mínimo, 1 (uma) unidade acessível.

Resposta: C

PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

1 - O que nossa época nos exige? Euforia, confiança, velocidade. Temos de ser proativos. O que ela nos promete? Se soubermos traçar nossas metas e construir nossa estratégia, atingiremos o sucesso. Se produzirmos e consumirmos, alcançaremos a felicidade. Ser feliz deixou de ser uma possibilidade esporádica para se tornar uma obrigação permanente. Para nós, seres desta época, nada menos que o gozo pleno. Fora disso, só o fracasso. E o fracasso, este é sempre pessoal. Se não alcançamos o que nos prometeram no final do arco-íris é porque cometemos algum erro no caminho. E fracassar, como sabemos, passou a ser não um fato inerente à vida, mas uma vergonha.

(Adaptado de: BRUM, Eliane. Revista Época. Disponível em: revistaepoca.globo.com)

2 - "Pessoas proativas buscam naturalmente novos desafios, procuram respostas diferentes para os problemas e engajam as pessoas. A proatividade está intimamente relacionada ao aumento de produtividade", diz Glaucy Bocci, gerente e líder da prática de liderança e talento. Outro significado para proatividade diz respeito à capacidade de antever a mudança de contexto interno, ou o cenário de negócios, e agir.

(Adaptado de: DE FRANÇA, Luiz. Revista Exame. Disponível em: exame.abril.com.br)

Baseando-se na relação entre as ideias presentes nos textos de apoio 1 e 2, e em seu conhecimento a respeito das questões suscitadas, redija uma dissertação de caráter argumentativo sobre o tema:

Proatividade – uma felicidade prometida

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

CURSOS COMPLETOS DO DIREÇÃO CONCURSOS PARA O TRF3 EM:

<https://www.direcaoconcursos.com.br/info/concurso-trf-3-sp-ms>